

Relatório e Contas

2015

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 31 DE MARÇO DE 2016

Conteúdo

I. Mensagem da Presidente	2
II. A Agência	3
Introdução	3
Estratégia e Posicionamento	3
Desafios e Resultados em 2015	4
Governo da sociedade	6
Estrutura Orgânica	7
Estrutura Acionista	9
III. Relatório de Gestão	10
Atividade desenvolvida	11
▪ Institucional	11
▪ Editorial	14
▪ Produção	15
▪ Agenda	19
▪ Atividade comercial	19
▪ Comunicação e Marketing	23
▪ Inovação/modernização	23
▪ Recursos humanos	24
Análise econômica e financeira	27
Pendências Judiciais	32
Proposta de aplicação de resultados	33
IV. Demonstrações Financeiras	34
V. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015	42
VI. Cumprimento de orientações legais	80
VII. Grelha de práticas de boa governação societária	92
VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal	102
IX. Certificação legal de contas	103
X. Ata do Conselho de Administração	104

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S. A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar contas do exercício de 2015 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

Este Conselho tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa em 19 de janeiro de 2015, tendo sido nomeado para o triénio 2015-2017. Foi-lhe incumbida a missão de modernizar a Agência e de recuperar algum do terreno que esta perdeu nos últimos anos, fruto das dificuldades que o País atravessou, mas também de iniciar um novo ciclo e um esforço adicional para dar resposta às necessidades do presente e aos desafios do futuro para a comunicação social em Portugal mas também no Mundo.

Em 2015 continuou em vigor o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado em 21 de dezembro de 2012, para o triénio 2013-2015.

Tal como havia ocorrido em 2014 e em 2013, o exercício de 2015 continuou a ser fortemente influenciado pela redução de 31,3% no valor da Indemnização Compensatória (IC) face ao triénio anterior. Nesse sentido o Conselho de Administração manteve o orçamento que havia sido delineado pelo anterior Conselho.

Estratégia e Posicionamento

Missão

A Lusa, como única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, tem como objetivo a recolha e tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, a produção e distribuição de notícias a um alargado leque de utentes (media nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado) e a prestação ao Estado Português de um serviço de interesse público relativo à informação dos cidadãos.

Objetivos

Afirmar a importância nacional e internacional da Lusa, ajustando qualitativamente os seus serviços e a sua presença no território nacional e no espaço lusófono, no âmbito da circulação democrática e plural da informação noticiosa e no da defesa dos interesses estratégicos externos do Estado Português.

Valores

Além do interesse público, os princípios que orientam a produção noticiosa da Lusa são: a clareza – facilmente inteligível; o rigor – equilíbrio, separação entre fatos e opiniões, identificação das fontes; isenção – autonomia, distanciamento e independência perante os fatos e opiniões divulgados; a pluralidade – neutralidade perante as forças políticas, neutralidade e equilíbrio dos conteúdos emitidos, representação das forças e correntes políticas, ideológicas, culturais, sociais e religiosas existentes na sociedade; a fiabilidade – garantia de confiança; e a tempestividade da informação – produção e divulgação da informação quase em simultâneo com o tempo próprio da sua ocorrência.

Desafios e Resultados em 2015

O ano de 2015, sendo o primeiro ano do mandato da nova Administração, foi o ano em que se procurou conhecer a empresa, tendo-se identificado algumas áreas com clara necessidade de “olhar de forma diferente” para a casa “Lusa”.

Fruto dessa análise, foi efetuada uma mudança estrutural na organização da empresa que teve por objetivo a procura de maior eficácia e eficiência da Agência. Dessas alterações se dará nota no ponto “Estrutura Orgânica”.

Dentro das medidas de reestruturação foi decidida a venda de um apartamento em Macau, propriedade da Lusa e que nos últimos anos servia apenas como residência do delegado naquela região. O produto dessa venda, contrariamente ao inicialmente previsto, acabou por reverter para o pagamento de IRC relativo aos anos de 2011 e 2012, inconformidade resultante de uma inspeção realizada pela Autoridade Tributária em 2015.

Também a decisão do Conselho de Administração de realizar, através de auditores externos, um “exame simplificado às contas” resultou nalgumas inconformidades relativas à relevância contabilística de factos que deveriam ter sido registados em 2010 e 2011.

Dos assuntos acima mencionados será dada nota nos pontos 5., 6., 8. e 28. do Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015.

O ano de 2015 foi igualmente um ano de negociação do novo contrato com o Estado para 2016-2018.

Relativamente à atividade operacional da empresa, são de salientar os esforços comerciais desenvolvidos que se traduziram num aumento de 7% nas receitas próprias face a 2014.

Os custos relativos a Fornecimentos e Serviços Externos mantiveram-se em linha com 2014 e com o orçamentado para 2015. Quanto aos custos com pessoal também estiveram no patamar de 2014, tendo ficado um pouco abaixo do orçamentado para 2015.

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor Leste.

A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Durante o ano foi sendo analisada a estrutura orgânica da empresa e foram identificadas algumas áreas com clara necessidade de reestruturação. De notar que, fruto do corte de 31% das receitas provenientes da indemnização compensatória para os anos de 2013-2015, as estruturas e órgãos de apoio viram-se significativamente reduzidas. O tempo veio a demonstrar que essa redução não era exequível numa empresa com a responsabilidade, posicionamento e dimensão da Lusa, única agência de notícias em Portugal.

Como resultado dessa análise, no dia 1 de setembro, foi anunciada uma mudança significativa na estrutura da empresa que teve por objetivo a procura de maior eficácia e eficiência nas várias áreas da empresa.

Os órgãos de estrutura de primeira linha passaram então a enquadrar quatro direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Administrativa e Financeira, que reúne as funções de contabilidade, tesouraria, e recursos humanos;
- Operações e Sistemas, que controla a gestão dos sistemas de informação e restantes áreas operacionais;
- O Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão, que através da produção de informação de gestão assegura um melhor planeamento e controlo na gestão das diversas áreas da empresa;
- O apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Organograma

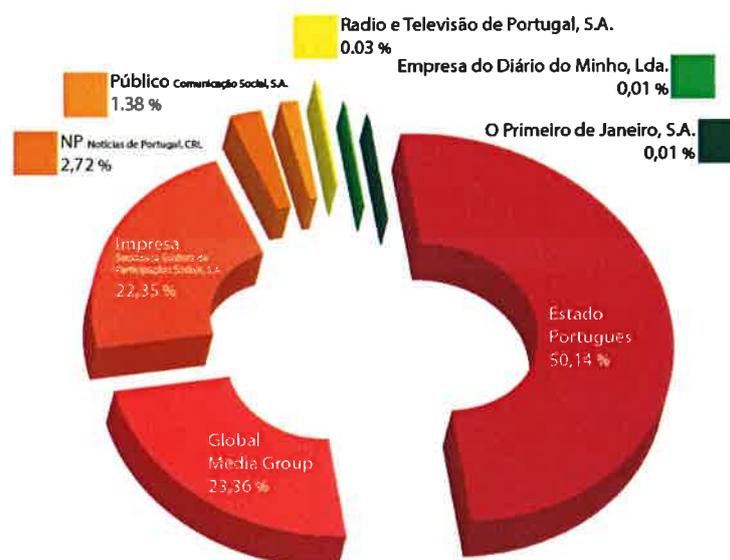


Estrutura Acionista

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de **5.325.000** euros representado por 2.130.000 ações no valor nominal de 2,50 euros cada, e está distribuído como se apresenta:

Estrutura de Capital

Acionistas	N.º Ações	%	Euros
Estado Português	1.068.000	50.14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23.36	1.243.550,00
Impresa – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22.35	1.190.160,00
NP-Notícias de Portugal, CRL	58.000	2.72	145.000,00
Público-Comunicação Social, S.A.	29.307	1.38	73.267,50
Radio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0.03	1.685,50
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0.01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0.01	562,50





III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

A Lusa intensificou, em 2015, a afirmação da sua presença no espaço da Lusofonia e nos países onde essa presença é exigida por força do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público e aprofundou o relacionamento multilateral com agências noticiosas de países de língua oficial portuguesa, numa lógica de continuidade da cooperação histórica e, simultaneamente, na identificação de novas áreas de intervenção. Neste âmbito destaca-se o apoio continuado na manutenção do sítio da Inforpress – Agência Cabo-Verdiana de Notícias.

No âmbito do aprofundamento das relações de cooperação com entidades do mundo da Lusofonia devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Encontro, em março, com o Presidente da Empresa Brasil de Comunicação-EBC, Dr. Nelson Breve, em Lisboa;
- Visita à sede da Lusa da Gerente executiva da Inforpress – Agência de Notícias Cabo-Verdiana, Dra. Joana Olinda Miranda, em março;
- Visita à Lusa do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros da República de Cabo Verde, Dr. Démis Almeida, em março;
- Participação, em abril, na Assembleia Geral da UCCLA-União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em Maputo;
- Apresentação do *site* “Dias da Independência”, desenvolvido pela Direção de Informação, sobre os 40 anos da independência das antigas colónias portuguesas, contendo informação sobre os últimos quarenta anos desses países. O *site* da Lusa faz um retrato jornalístico sobre os acontecimentos que levaram às declarações de independência de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, e lança um olhar sobre a sua evolução política, económica, social e cultural. Na mesma ocasião, foi apresentada a segunda edição da “Pós Graduação em Jornalismo Internacional em Língua Portuguesa”, em parceria com o ISCTE-IUL. Este evento contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto, Dr. Pedro Lomba, e do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, e teve o apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

▪ Produção

A Direção de Informação obteve excelentes indicadores de produção editorial em diversas áreas, com destaque neste ano para a cobertura de acontecimentos em países da Lusofonia, como Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, e das eleições legislativas portuguesas, para as quais mobilizou uma vasta equipa de jornalistas e respetivos meios técnicos.

A produção editorial da Lusa totalizou 222.799 conteúdos únicos, como se pode ver no quadro seguinte, o que se traduz numa média diária superior a 610 conteúdos únicos:

Tipo de Conteúdo	2013	2014	2015
Foto	45.651	48.634	45.655
Áudio	12.721	10.685	10.014
Misto	1.725	1.456	1.288
Texto (Todos os Géneros)	164.487	159.129	160.468
Vídeo	6.693	5.548	5.374
Total	231.277	225.452	222.799

Relativamente ao ano anterior, 2015 volta a registar um decréscimo na produção anual de conteúdos, traduzindo ainda a contração de meios aplicada na agência, embora num ritmo menos intenso do que o verificado entre 2013 e 2014. Ou seja, os 222.799 conteúdos únicos de 2015 comparam com os 225.452 de 2014, uma diminuição de aproximadamente 1,2%.

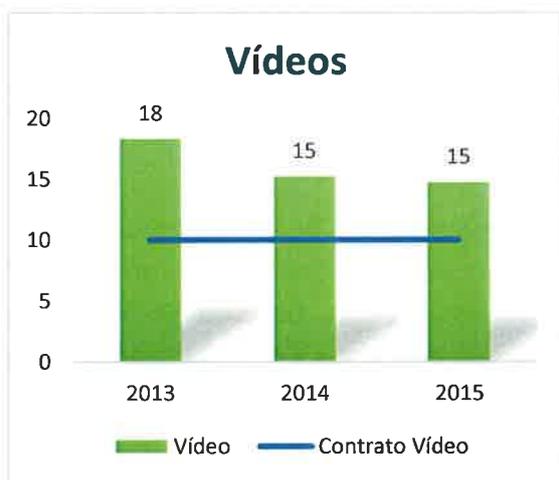
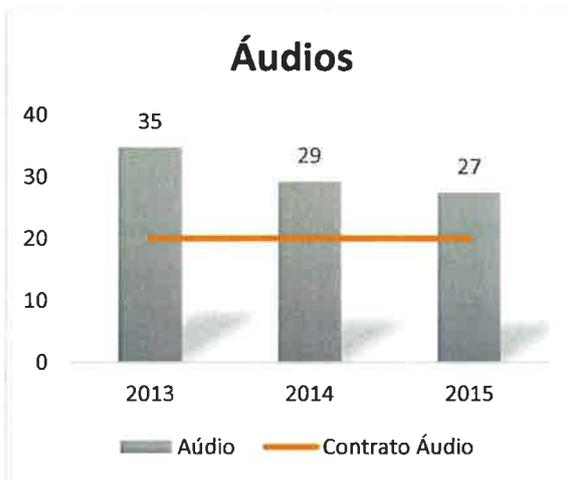
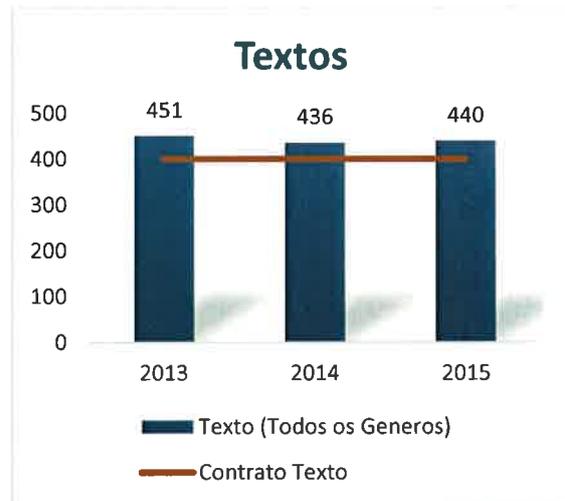
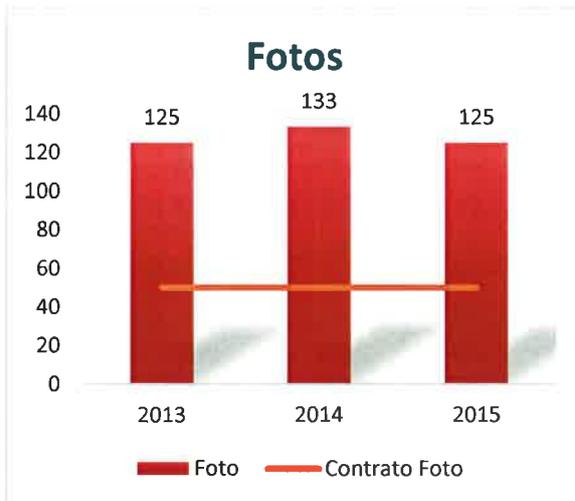
Inversamente, as notícias em texto, que representam mais de metade da produção, registam uma recuperação ligeira relativamente a 2014 (igualmente na ordem de 1%). Verificam-se ainda decréscimos ligeiros ao nível da produção de vídeos e fotografias, enquanto a produção de infografias se mantém a níveis pouco relevantes em termos de produção global.

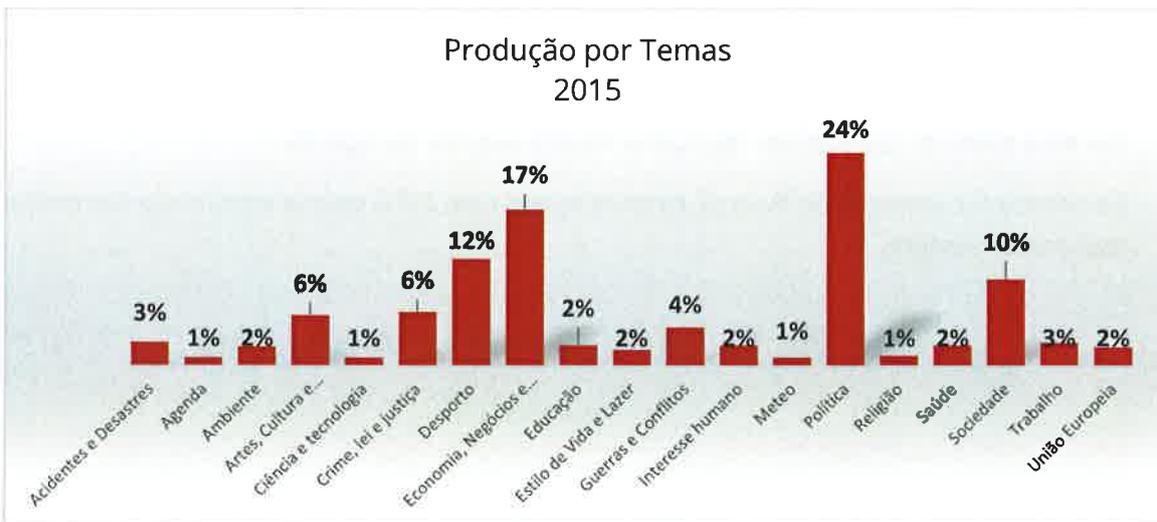
Tipo de Conteúdo	Média Diária			Contrato Serviço Público
	2013	2014	2015	
Foto	125	133	125	30 a 50
Áudio	35	29	27	10 a 20
Texto (Todos os Géneros)	451	436	440	300 a 400
Vídeo	18	15	15	5 a 10

Apesar destes registos, como se pode também ver nos gráficos abaixo, a agência superou os objetivos de serviço público que lhe foram atribuídos pela Cláusula IV do Contrato de

Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado entre o Estado e a Lusa em 21 de dezembro de 2012, ultrapassando os níveis exigidos para a produção de notícias de texto, de fotografias, de áudios e de vídeos.

Média Diária de Produção





O mapa seguinte mostra a distribuição de conteúdos por País sendo 69% relativo a informação nacional.

É assinalável também o número de conteúdos sobre países da África sub-saariana.



▪ Agenda

Durante o ano de 2015 foram registados 85.925 eventos de Agenda.

De notar a recuperação do fluxo de itens de agenda em 2015, que se aproximou dos melhores registos de sempre.



▪ Atividade comercial

O ano de 2015 ficou marcado pela continuação do agravamento das condições económicas e financeiras que afetaram, em especial, o mercado da Comunicação Social. Ainda assim, a atividade comercial registou um acréscimo global de 7% face ao ano anterior.

A Lusa segmenta a sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social
- Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- Empresas
- Institucional
- Grande Público
- Mercado Externo

Na globalidade das Receitas Próprias, o Mercado Nacional contribuiu com 82,9%, destacando-se o segmento Grandes Órgãos de Comunicação Social com uma contribuição total de 56,5%, em contraponto com 44,8% no período homólogo. O Mercado Externo representou 17,1% das receitas próprias globais, registando um crescimento de 18% face ao ano anterior.

(Euros)

ÁREAS DE NEGÓCIOS	2014	2015	VARIACÃO 2015/2014	
			VALOR	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	1.729.690	2.334.706	605.016	35,0%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	238.994	282.677	43.683	18,3%
EMPRESAS	902.266	415.341	-486.925	-54,0%
INSTITUCIONAL	320.134	384.047	63.913	20,0%
GRANDE PÚBLICO	8.003	3.162	-4.841	-60,5%
OUTROS	64.533	5.499	-59.034	-91,5%
MERCADO EXTERNO	598.503	706.481	107.978	18,0%
TOTAL	3.862.124	4.131.913	269.789	7,0%

Nota: A diminuição verificada em "Empresas" resulta fundamentalmente da alteração, em 2015, do método de contabilização do serviço Lusaweb (mercado nacional). Atualmente está imputado às áreas de negócio correspondentes, nomeadamente Grandes Órgãos de Comunicação Social (+433 mil €).

Estratégia, Clientes e Serviços

Durante o ano de 2015 a estratégia comercial assentou na angariação de novos clientes, de forma consistente em todas as áreas de negócio.

Resultante de um esforço comercial direcionado, a Lusa celebrou 69 novos contratos de avença, destacando-se 13 municípios, no âmbito da campanha de angariação "Pacote Autarquias". Ao longo do ano a Lusa teve, em média, 50 potenciais clientes em período experimental de um mês.

Este foi também um ano intenso ao nível da atividade comercial na venda de Avulsos – de salientar as fotografias e Dossiers Especiais, que representaram um total de faturação de 101.727 euros.

Campanhas

De forma a acompanhar as necessidades dos clientes existentes e a angariar novos clientes, a Lusa desenvolveu várias campanhas temáticas ao longo do ano, destinadas a promover os serviços Lusa relacionados com temas específicos, a saber:

- **Pacote Autarquias:** campanha destinada a promover um conjunto de serviços da Lusa especialmente orientado para os municípios.
- **Independências 2015:** campanha comemorativa dos 40 anos das Independências.
- **Fotos Legislativas 2015:** pacote especial de fotografias destinado a meios de comunicação social não clientes de pacotes fotográficos.

- **Presidenciais 2016:** pacote especial de conteúdos destinados aos candidatos à Presidência da República.
- **Pacote de Fim De Ano 2015:** pacote especial de fotografia de 2015, e efemérides 2015 e 2016.

Os Clientes Lusa em Números

Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 categorias (Alertas, Temáticos, Notícias, Agenda, Arquivo, Fotos, Vídeo, VIP, Fotogalerias, Títulos, SMS, Áudio e Infografia). Estes serviços são subscritos pelos nossos clientes, também denominados Subscritores; cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

A Lusa teve, em 2015, um total de 692 subscritores de serviços, com especial destaque para as Comunidades e Institucionais, que representam aproximadamente 46% da totalidade dos subscritores.



Conforme se pode verificar pelo mapa abaixo, os subscritores Lusa têm maior expressividade em Portugal (418 subscritores), sendo esta a sua divisão geográfica, por continentes a seguinte:

- Europa – 73,8%
- Américas – 12,7%
- África – 8,0%
- Ásia – 4,5%
- Oceânia – 1,0%



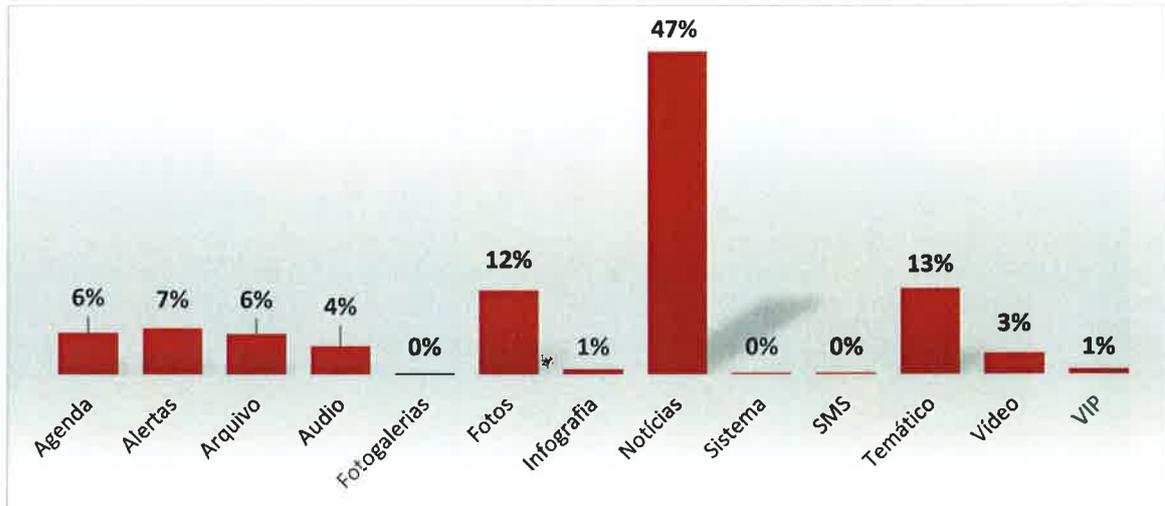
Os 692 subscritores têm um total de 628 serviços ativos, distribuídos por 13 categorias. Destas, as mais expressivas são os serviços Alertas e Temáticos, que representam aproximadamente 65% da totalidade dos serviços ativos.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	Total Serviços
Alertas	276
Temáticos	130
Notícias	76
Agenda	51
Arquivo	20
Fotos	19
Vídeo	17
VIP	15
Foto galerias	12
Títulos	6
SMS	3
Áudio	2
Infografia	1
	628

Ainda relativamente aos subscritores, estes têm um total de 1918 subscrições, distribuídas pelas suas 13 categorias, destacando-se os serviços Notícias (47%), Temáticos (13%) e Fotos (12%), contribuindo, assim, com 72% da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços



▪ Comunicação e Marketing

No último trimestre de 2015 a Lusa operacionalizou um protocolo com o *News Museum*, espaço museológico dedicado às notícias e à comunicação, associando-se a Lusa como parceiro fundador desta iniciativa promovida pela Associação Acta Diurna, uma associação privada sem fins lucrativos, com a Câmara Municipal de Sintra. Esta parceria promove a Lusa enquanto marca e referência no jornalismo em Portugal.

Ainda no último trimestre foram iniciados os trabalhos tendo em vista a comemoração dos 30 Anos da Lusa, efeméride a cumprir em 2016.

▪ Inovação/modernização

A Lusa manteve a sua participação na Minds International, organização que congrega representantes de agências noticiosas mundiais para acompanhamento de temas relevantes do futuro da indústria.

No campo da modernização tecnológica, com vista a uma crescente mobilidade, manteve-se a estratégia de atualização dos computadores pessoais e *smartphones* dos jornalistas para uso de um novo ambiente de trabalho.

Em 2015, foram aumentadas as capacidades de comunicação, em termos de largura de banda, dos utilizadores na sede e delegação do Porto, bem como do seu acesso comum à Internet.

A Lusa prosseguiu a utilização dos equipamentos para gravação de vídeo em direto, permitindo uma aceleração significativa do processo de edição do vídeo (desde a captura da imagem até à entrega ao cliente), sendo essa redução de tempo evidente para os clientes.

Investimentos

Em 2015 foram feitos investimentos, na ordem de 52 mil euros, em equipamentos fotográficos (para substituição por obsolescência), uma viatura para a delegação de Moçambique, equipamentos diversos para a área da Multimédia e *software* para os fofotornalistas.

Foi ainda preparado e lançado um concurso para substituição da infraestrutura (servidores) que suportam o sistema LUNA. A instalação deve ocorrer durante o 1.º semestre de 2016. Adicionalmente, foi lançado um processo para aquisição de equipamentos portáteis, para substituição de equipamentos obsoletos, cuja adjudicação deverá ocorrer no princípio de 2016.

▪ Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2015, o total de efetivos da Agência é de 262, que compara com 264 no ano anterior.

Entre os 262 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e licenças sem retribuição e 28 em situação de pré-reforma. O efetivo médio ao serviço foi de 219, que compara com 221 em 2014.





Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de 11,4 milhões de euros, registou uma redução de 990 mil euros relativamente a 31 de dezembro de 2014, sobretudo como resultado da alienação do imóvel em Macau (1,5 milhões de euros) e da diminuição da rubrica de clientes (446 mil euros), fundamentalmente por via da constituição e reforço de imparidades, atenuada pelo acréscimo verificado nos excedentes de tesouraria (1,4 milhões de euros), consequência da alienação acima referida.

O capital próprio evidenciou um acréscimo na ordem de 112 mil euros, como resultado da anulação de passivos por impostos diferidos em excesso relativos ao imóvel de Macau.

A diminuição observada no passivo, na ordem de 1,1 milhões de euros, resulta fundamentalmente dos seguintes aspetos:

- ❖ Decréscimo de 854 mil euros em provisões para impostos, valor relativo a capital e juros de IRC respeitante a exercícios anteriores, reexpresso em 2014, e utilizado em 2015;
- ❖ Diminuição de 383 mil euros em passivos por impostos diferidos, como efeito da alienação do imóvel em Macau que havia sido reavaliado em 2013, gerando nesse exercício uma diferença temporária tributável que agora se reverte;
- ❖ Diminuição de 293 mil euros em financiamentos obtidos, decorrente das amortizações do empréstimo de mútuo e de contratos de *leasing*;
- ❖ Aumento de 306 mil euros em credores por acréscimos de gastos, sobretudo pelo facto dos valores estimados para férias e subsídio de férias a pagar em 2016, terem como base de cálculo o valor das remunerações sem redução remuneratória.

Pendências Judiciais

À data de 31 de dezembro de 2015, existiam pendentes os seguintes processos judiciais:

- a) No Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma ação administrativa comum intentada, em 12 de maio de 2010, a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400 euros, incluindo juros de mora vencidos e vincendos, referente a créditos da Lusa sobre o Estado correspondentes aos custos incorridos pela Lusa com a manutenção em funcionamento das delegações de Macau e Pequim em 2000, créditos correspondentes à manutenção das delegações de Jacarta e Díli em 1999 e 2000, créditos correspondentes ao desconto de 50 % efetuado sobre o preço dos serviços prestados às rádios locais e à Imprensa Regional e créditos correspondentes a serviços prestados a agências noticiosas dos PALOP e à Rádio Televisão da Guiné-Bissau;
- b) No Tribunal Tributário de Lisboa sob o n.º 456/05.BELSB, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, no montante global de 2.754.078 (imposto e juros). Este processo foi objeto de decisão em julho de 2011, tendo o Tribunal julgado improcedente a impugnação judicial apresentada pela Lusa. Em setembro de 2011, a Lusa procedeu à interposição de recurso que mereceu a admissão do Supremo Tribunal Administrativo, onde corre termos;
- c) No Tribunal da 5ª Vara Cível de Lisboa, o processo n.º 3060/08.2TVLSB, uma ação proposta por Carlos de Oliveira Marneffe Garçêz e outro(s) contra a Lusa, com fundamento na alegada violação de direitos de autor por parte da última, no montante de 30.001 euros. O Tribunal de 1.ª Instância proferiu sentença em que julgou a ação improcedente, por não provada. No entanto, por força de um recurso interposto pela também ré Esfera dos Livros, Lda., o processo vai baixar ao Tribunal de 1.ª Instância para ser inquirida uma testemunha adicional à matéria dos autos. Por outro lado, também os autores interpuseram recurso da decisão do Tribunal de 1.ª Instância, aguardando-se que seja proferido Acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa.

Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2015, que foi negativo no montante de 6.517 euros, o Conselho de Administração propõe a transferência para Resultados Transitados.



IV. Demonstrações Financeiras

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	31 de dezembro 2015	31 de dezembro 2014
Caixa (dinheiro em caixa)	4.409	5.732
Depósitos á Ordem	2.492.457	269.743
Depósitos a Prazo	2.282	1.180.000
Total de caixa e seus equivalentes	2.499.148	1.455.475

A variação de caixa e seus equivalentes, em 2015, resulta fundamentalmente da alienação do imóvel em Macau (cfr. Nota 8.).

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2015, a Empresa procedeu a ajustamentos significativos em Resultados Transitados, decorrentes das seguintes situações:

- Inspeção da Autoridade Tributária, de que resultou:

- ❖ O reconhecimento de IRC a pagar relativo aos exercícios de 2011 e 2012 e respetivos juros (compensatórios e de mora), na parte correspondente a exercícios anteriores a 2015¹, nos montantes de 819.035 euros e 60.065 euros, respetivamente (cfr. Nota 6.);
- ❖ A constituição de uma provisão para IRC referente ao desreconhecimento do arquivo de imagem, efetuado em 2011, e respetivos juros (compensatórios) respeitantes a exercícios anteriores a 2015², nos montantes de 619.210 euros e 64.059 euros, respetivamente (cfr. Notas 6. e 18.3.).

- Atualização dos juros e outros encargos na provisão para o processo judicial instaurado contra o Estado, relativo a IVA de 2001 e 2002, no montante de 972.447 euros (cfr. Nota 18.3.).

Estes ajustamentos foram objeto de reexpressão nas demonstrações financeiras de 2014, por ser entendimento do Conselho de Administração que se trata de erros de exercícios anteriores.

¹ A parte correspondente a 2015, no montante de 31.251 euros, foi evidenciada em Gastos do exercício, na rubrica "Multas e penalidades".

² A parte correspondente a 2015, no montante de 24.768 euros, foi evidenciada em provisões do exercício.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. Atendendo ao nível de lucro tributável apurado, superior a 1.500.000 euros, há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma inspeção da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar 910.727 euros, incluindo juros e coimas (quadro abaixo).

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87.140	731.895	819.035
Juros:	11.815	79.502	91.317
Compensatórios	11.726	78.678	90.403
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	375
Total	99.143	811.584	910.727

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT concluiu por não aceitar como custo fiscal o desconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, que se encontra em fase de recurso.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceita que seja considerado custo fiscal o custo decorrente do desconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e da anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu dar razão à AT.

de 2015 e, dado que diz respeito a exercícios anteriores, considerada na reexpressão do exercício de 2014, conforme Nota 2.3. (vide também Nota 18.3.).

Impostos diferidos

Conforme referido na Nota 3.1.11., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 – Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos procedeu-se ao desreconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.

9. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, registaram os seguintes movimentos:

Investimentos Financeiros	2015	2014
EPA - European Pressphoto Agency	105.000	140.000
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10.000	10.000
Outros Investimentos - Banco Popular de Portugal (i)	400.000	-
Total	515.000	150.000

(i) O Valor de 400 mil euros diz respeito a um depósito a prazo constituído no BPP, S.A. para garantia de um empréstimo de mútuo contraído à mesma entidade em agosto de 2012.

A EPA – European Pressphoto Agency é uma entidade europeia criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de 15.000 euros cada, que representa 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição. De realçar que durante o ano transato houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de 20.000 euros, representando 1,89% do respetivo capital social.

O IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais é uma entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de 10.000 euros (dez mil euros).

10. Inventários

De acordo com o referido na Nota 3.1.5., no exercício de 2013, a empresa alterou a política contabilística relativa à classificação das existências, que passaram a ser reconhecidas como custo do exercício em que ocorre a sua aquisição.

17. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2015	2014
<u>Outros passivos não correntes:</u>		
Passivos por impostos diferidos	69.697	452.623
<u>Outros passivos correntes:</u>		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	62.874	109.132
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	164.851	160.715
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	458.305	460.609
Contribuições para a segurança social	194.436	191.862
Tributos das autarquias locais	616	1.848
Outras tributações	122	40
Acionistas/sócios	-	-
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar ⁴	1.435.642	1.336.300
Outros acréscimos de gastos	314.124	107.565
Pessoal	1.404	1.564
Outros credores diversos	300.538	131.394
Rendimentos a reconhecer	67.881	36.887
	3.000.795	2.537.916

(a) O montante de IRC a pagar tem a seguinte composição:

Estimativa de imposto do ano (Nota 6.)	163.627	115.251
Pagamentos especiais por conta	(76.758)	-
Retenções na fonte	(23.995)	(6.119)
	<u>62.874</u>	<u>109.132</u>

⁴ O valor diz respeito a provisões para Férias e Subsídios de férias e respetivos encargos sociais a pagar durante 2016, tendo em consideração a reversão salarial prevista na Lei.

18. Perdas de imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

18.1. Perdas de imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas de imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2015	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.466.834)
Reforços (a)	(334.587)
Anulação/regularização (b)	57.692
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(1.743.728)

2014	Perdas de imparidade em dívidas a receber (Nota 3.1.7.)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(1.406.055)
Reforços	(65.216)
Anulação/regularização	4.438
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(1.466.834)

(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Dívidas de clientes	(321.266)
Outros devedores	(13.321)
	(334.587)

(b) Este valor apresenta o seguinte detalhe:

- Anulação de créditos considerados incobráveis, no montante de 36.965 euros; e
- Reversões de imparidades, no montante 20.727 euros.

2015	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Constituição (a)	(35.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(35.000)

(a) EPA

18.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2015 encontram-se a decorrer as seguintes ações, cujos termos se encontram descritos em "Pendências Judiciais" a páginas 32 deste relatório:

- Ação interposta por terceiros contra a Empresa, no valor de 30.001 euros;
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado a reclamar a titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de 3.906.400 euros; e
- Impugnação judicial do IVA 2001 e 2002, no montante global de 2.754.078 euros (imposto e juros).

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes (superiores a 15 mil euros):

Cliente	Tipo Processo	Valor
Gráfica Açoreana	Ação executiva	93.999
Megafin	Ação executiva	90.522
Jornal i	Ação executiva	65.378
Jornal Sol	Ação executiva	62.885
S.T.&S.F.	Ação executiva	40.300
Diário dos Açores	Injunção	29.790
Descobrirpress	PER	16.375
TOTAL		399.249

Nota: Os valores mencionados incluem juros.

18.3. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 as provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2015				
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Processos judiciais em curso	3.816.088	-	-	3.816.088
Impostos (i)	1.562.370	24.768	(879.101)	708.038
Total	5.378.458	24.768	(879.101)	4.524.126

(i) A redução corresponde aos valores de capital e juros relativos a IRC de 2011 e 2012, tendo sido pago em 2015 o valor de 819.035 euros de capital e transferidos para acréscimos de gastos o valor de juros de 60.066 euros, regularizado no início de 2016.

31 de dezembro de 2014				
Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reexpressão	Reduções	Saldo Final (reexpresso)
Processos judiciais em curso	2.858.641	972.447	(15.000)	3.816.088
Impostos	-	1.562.370	-	1.562.370
Total	2.858.641	2.534.826	(15.000)	5.378.458

Os valores registados na rubrica "Processos judiciais em curso" destinam-se a cobrir as perdas estimadas com o processo judicial do IVA de 2001 e 2002 (cfr. Nota 18.2.).

Esta provisão foi determinada com base no julgamento que o Conselho de Administração fez do respetivo processo, nas informações dos advogados da Empresa, quanto ao seu desfecho, e na informação obtida no *site* da Administração Tributária e Aduaneira.

Os valores registados na rubrica "Impostos", destinam-se a cobrir as perdas relativas ao montante a pagar de IRC, e respetivos juros, decorrentes do facto da Autoridade Tributária não ter aceite como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem em 2011 (cfr. 6.).

19. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Entidades	2015	2014
Direção-Geral dos Impostos (a)	3.710.950	3.710.950
Clientes	17.945	17.945
	3.728.895	3.728.895

(a) Esta garantia respeita ao processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6. e Notas 18.2. e 18.3.).

Adicionalmente, os empréstimos bancários (Nota 3.1.6.3. e Nota 14.) são garantidos por livranças em branco subscritas pela Empresa e por hipotecas.

20. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2015	2014
Contas a receber de terceiros	1.193.512	1.717.732
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	2.499.148	1.455.475
	3.692.660	3.173.207

Passivos financeiros	2015	2014
Empréstimos (Nota 14.)	(333.333)	(533.333)
Locações financeiras (Nota 16.)	(69.988)	(162.703)
Contas a pagar a terceiros	(3.278.465)	(2.881.016)
	(3.681.786)	(3.577.052)

O valor de "contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber. O valor de "contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

21. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as prestações de serviços foram como segue:

	2015	2014
Mercado nacional	14.125.336	13.995.721
Mercado externo	706.481	598.503
	14.831.817	14.594.224

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros rendimentos e ganhos operacionais foram como segue:

	2015	2014
Subsídios à exploração	10.499	-
Reversões de ajustamentos (Nota 18.1.)	20.726	4.438
Reversões de provisões (Nota 18.3.)	-	15.000
Ganhos por aumentos de justo valor	0	1
Rendimentos suplementares	16.045	14.906
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	376.637	13.819
Outros rendimentos e ganhos operacionais	96.438	122.235
	520.345	170.399

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os outros gastos e perdas operacionais foram como segue:

	2015	2014
Perdas por imparidade (Nota 18.1.)	334.587	65.216
Perdas por imparidade em Empresas Subsidiárias (Nota 18.1.)	35.000	-
Provisões (Nota 18.3.)	24.768	-
Impostos	43.545	46.436
Dívidas incobráveis	15.925	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	701	370
Perdas em inventários	-	-
Outros gastos e perdas operacionais	205.575	117.014
Gastos de depreciação e de amortização	383.002	441.928
	1.043.103	670.964

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os fornecimentos e serviços externos foram como segue:

	2015	2014
Trabalhos especializados	557.645	522.487
Publicidade e propaganda	7.555	14.208
Vigilância e segurança	76.363	82.926
Honorários	52.312	53.242
Conservação e Reparação	291.155	294.582
Serviço de agências noticiosas	255.860	274.051
Energia e fluidos	168.352	181.484
Deslocações, estadas e transportes	324.774	389.173
Rendas e alugueres	480.083	397.036
Comunicação	343.300	437.102
Seguros	50.134	54.726
Limpeza, higiene e conforto	89.105	83.627
Correspondentes e colaboradores	1.003.260	925.135
Outros	152.765	157.901
	3.852.659	3.867.680

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os gastos com o pessoal foram como segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	122.428	126.709
Remunerações do pessoal	8.252.383	8.192.122
Encargos sobre remunerações	1.720.417	1.713.303
Indemnizações	-	2.431
Outros custos com o pessoal	249.650	275.939
	10.344.878	10.310.504

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o número médio de pessoal ao serviço foi de 219 e 221, respetivamente.

Estão incluídos em gastos com o pessoal os montantes pagos a título de pré-reformas, durante os anos de 2015 e 2014 (vide nota 29.).

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 têm a seguinte composição:

	2015	2014
Juros e gastos similares suportados	(16.938)	(48.584)
Com empréstimos bancários	(12.042)	(40.293)
Com <i>leasing</i>	(4.893)	(8.290)
Com outros financiamentos	(4)	-
Juros e rendimentos similares obtidos	2.841	11.863
De depósitos	2.518	11.264
Outros	323	599
Resultados financeiros	(14.097)	(36.721)

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o resultado por ação foi como segue:

	2015	2014
Número de ações	2.130.000	2.130.000
Resultado líquido	(6.517)	(802.415)
Resultado por ação	(0,00)	(0,38)

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide nota 3.1.12.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, derivado do contrato de interesse público em vigor, com o recebimento em moeda estrangeira de alguns clientes, e com pagamento a alguns fornecedores internacionais, contratos de aquisição de direitos de transmissão de programas de televisão.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2015, as seguintes taxas de câmbio, no final do ano e médias, para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0066	0,0072
BRL	0,2319	0,2743
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1416	0,1435
CVE	0,0091	0,0091
HKD	0,1185	0,1163
MOP	0,1151	0,1130
MZN	0,0210	0,0259
USD	0,9185	0,9019

b) Risco de taxa de juro

A exposição da empresa a este risco é muito reduzida.

Os riscos da taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados com o empréstimo com o Banco Popular que em dezembro de 2015 (vide nota 14.), e que está indexado à Euribor a 12 meses com um *spread* de 0,5%, e nos contratos de locação financeira relacionados com equipamento audiovisual e informático.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 11.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento, que é de 30 dias como regra geral. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	57	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	57	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	60	
XI. Anexos		70	
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2015	✓		
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o Relatório e Contas e o RGS) relativos ao exercício de 2014 (no caso do documento não se encontrar disponível em SIRIEF)	✓		

n.a. - não aplicável

VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO

1.

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais cumpre ao Conselho Fiscal elaborar o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, incluindo a proposta de aplicação dos resultados, e contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivos anexos são da responsabilidade do Conselho de Administração.

2.

Durante o ano de 2015, a fiscalização na sociedade LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi assegurada pelo Conselho Fiscal, que integra a Vogal Revisora Oficial de Contas, conforme o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Presidente do Conselho Fiscal renunciou às suas funções em 28 de julho de 2015 não tendo ainda havido a substituição.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e no exercício das suas funções como órgão de fiscalização acompanhou de forma continuada a evolução da atividade da sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal efetuou reuniões periódicas.



O Conselho Fiscal reuniu com a atual Presidente do Conselho de Administração, com o Diretor Financeiro e, bem assim, com diversos dirigentes responsáveis por departamentos da Sociedade.

O Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Sociedade na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que importa salientar e cumpre agradecer.

3.

O Conselho Fiscal exerceu as suas competências em matéria de fiscalização da independência do Revisor Oficial de Contas, em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo a Dra. Susana Rodrigues de Jesus, apresentado ao Conselho Fiscal a declaração de confirmação da independência do Revisor Oficial de Contas.

4.

No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal emitiu, em 6 de maio de 2015, em 27 de julho de 2015 e em 30 de outubro de 2015, os relatórios trimestrais sobre a execução orçamental, para cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 14277/2008, de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, de 14 de maio de 2008, publicado no Diário da República, II série, de 23 de maio de 2008, e do Art.º 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

5.

No final de 2015, as demonstrações financeiras da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., evidenciam um total de balanço de 11 360 771 euros e um total de capital



próprio positivo de 3 017 282 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6 517 euros.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório dos membros não executivos do Conselho de Administração sobre o desempenho individual do gestor executivo, datado de 9 de março de 2016, em que se concluiu que os membros não executivos consideram que a Presidente do Conselho de Administração, cumpriu, no exercício de 2015, as orientações e objetivos de gestão definidos para a empresa, tendo assinalado que foram detetadas algumas falhas nas estruturas e mecanismos de governo em vigor na empresa, que estão identificadas no Relatório de Governo Societário.

6.

Nas demonstrações financeiras de 2015 foram registados alguns factos correspondentes a eventos de anos anteriores que não se encontravam devidamente expressos, relacionados com impostos adicionais, alguns em decorrência de uma inspeção tributária concluída em 2015, e que respeitam à resolução de casos antigos, originando a reexpressão das contas da Sociedade de 2014.

Conforme pormenorizadamente consta da primeira reserva e da ênfase da Certificação Legal das Contas, não foram consideradas nas demonstrações financeiras de 2015, as responsabilidades decorrentes de um programa de pré-reformas de 2009, que se devidamente reconhecidas determinaria que a Sociedade ficasse abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Contudo, há um compromisso do Conselho de Administração em proceder à análise de potenciais soluções e de as propor aos acionistas, tal como descrito na nota 29 do Anexo.

Também adotamos a opinião constante da ênfase constante da Certificação Legal das Contas, atinente à continuidade da Sociedade.



7.

De acordo com o descrito no Relatório de Gestão, em 2015 a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., foi dispensada, pelo Despacho n.º 844/15-SET, da Secretária de Estado do Tesouro, de 2 de junho, de observar o princípio da unidade de tesouraria que impõe a abertura e movimentação de uma conta junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P.

8.

A informação prestada no Relatório de Gestão cumpre o quadro normativo específico para as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado, designadamente o Art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo ao Relatórios de boas práticas de governo societário e as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2015.

No Relatório do Governo da Sociedade, a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A., dedica um capítulo à análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental.

Em 2015 o Sítio da Internet da LUSA, assegurou a acessibilidade e a qualidade da informação disponibilizada, o que vai ao encontro dos requisitos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, em matéria de disponibilização clara, relevante e atualizada.

9.

Cumpre, igualmente, referir, de acordo com as Instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas, que foram cumpridas as reduções das remunerações vigentes em 2015.

10.

O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida em 16 de março de 2016, pela Revisora Oficial de Contas, com duas reservas e uma ênfase.

11.

Pela análise dos documentos de prestação de contas, nos quais se inclui a proposta de aplicação de resultados, apresentados pelo Conselho de Administração e, bem assim, a Certificação Legal das Contas emitida, com a qual concordamos, verifica-se que:

- a) O Relatório do Conselho de Administração descreve a evolução e o estado de gestão da Sociedade;
- b) A Certificação Legal das Contas se pronuncia sobre o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações do capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como sobre o correspondente anexo;
- c) Os documentos acima referidos satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

PARECER

Em face do exposto, o Conselho Fiscal, sem prejuízo do teor da Certificação Legal das Contas, é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove o Relatório e Contas do exercício de 2015 apresentado pelo Conselho de Administração;

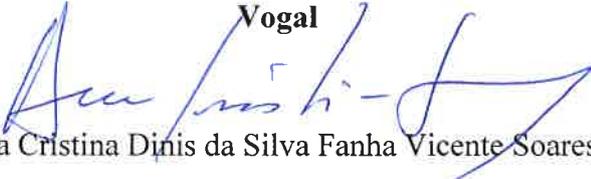


- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório apresentado pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 16 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL

Vogal



(Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares)

Vogal



(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

ÊNFASE

10. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 9, chamo a atenção para o seguinte facto.

Como ficou referido parágrafo 7, a Sociedade, tendo em atenção as demonstrações financeiras que decorreriam da consideração das correções em falta, está abrangida pelo disposto no Art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Devo referir que, em meu julgamento não está, por este facto, em questão a continuidade da Sociedade.

Na verdade, a falta da constituição da provisão para as pré-reformas nunca determinou, nem parece implicar, qualquer quebra de produção e de atividade, devendo salientar-se que, certamente, terá sido decidido em 2009, que, no quadro das políticas públicas, os custos da reestruturação seriam cobertos pelos rendimentos (preços da prestação de serviços) dos anos seguintes, como tem acontecido (em lugar, por exemplo, de uma imediata injeção de capital pelos acionistas).

Deve referir-se que a quantia do resultado líquido exercício de 2015, quando considerada a existência da provisão para pagamento de pré-reformas, é positivo de cerca de 1 061 mil euros e que, mantendo a estrutura de preços e de produção, o resultado do exercício é de cerca de um milhão de euros (por exemplo para os anos de 2016 a 2019, a reversão da provisão é, sequentemente, de 944 mil euros, 730 mil euros, 495 euros e 385 mil euros).

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2016



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata da reunião do Conselho de Administração

(aprovação do Relatório e Contas 2015)

ATAS

Folha 57

Ata número trezentos e oitenta e dois (382)

Aos nove dias do mês de março de dois mil e dezasseis, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença da Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Maria Teresa Prata Macias Marques, do Vice-Presidente, Senhor Dr. João Manuel Pintado Silveira Lobo, e dos Vogais, Senhores Dr. José Carlos Barbosa Lourenço, Dr. Luís Paulo Mah Silva e Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Aprovação do Relatório e Contas e do Relatório de Governo Societário 2015

Entrando no ponto único da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração (CA) analisou a versão final do Relatório e Contas e do Relatório de Governo Societário relativos ao exercício de 2015. Foi solicitada a presença do assessor do CA, Dr. Joaquim Carreira, e do auditor da Deloitte, Dr. Tiago Esgalhado, que apresentou o resumo do trabalho de revisão simplificada às contas de 2015, reportou as situações identificadas mais significativas, e foram prestados os esclarecimentos às questões colocadas pelo CA.

O Relatório e Contas e o Relatório de Governo Societário de 2015 foram aprovados pela Presidente do Conselho de Administração, Senhora Dra. Teresa Marques, pelo Vice-Presidente, Senhor Dr. João Silveira Lobo, e pelo Vogal Senhor Dr. Luís Mah, com os votos contra dos Vogais Senhores Dr. José Carlos Lourenço e Dr. Paulo de Saldanha.

O Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço proferiu a seguinte declaração para a ata:

“Este relatório expressa de forma adequada o que se passou no exercício de 2015 relativamente à gestão e às contas da Lusa, com a exceção do não registo da provisão para pré-reformados - a qual ascende a cerca de 3 milhões de euros. De acordo com informação prestada pelo representante da Deloitte, tecnicamente este registo deveria ser efetuado. Dada a materialidade desta exceção, não me é possível aprovar o relatório vendo-me igualmente impossibilitado de assinar as contas que integram este relatório.”

Usando de seguida da palavra, o Vogal Senhor Dr. Paulo de Saldanha subscreveu o voto expresso pelo Vogal Senhor Dr. José Carlos Lourenço, salientando,

JSL
P
M
L
L

ATAS

Folha 58

adicionalmente, que ao longo dos vários anos em que está em vigor, esta questão do registo da provisão agora colocada dos pré-reformados nunca foi tema de discussão quer em sede do CA e/ou das inspeções e fiscalizações efetuadas à LUSA e que, se tal tivesse sido colocado à data da decisão, dificilmente poderia ter sido tomada, por não haver, então, os necessários capitais próprios no balanço da sociedade.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.

- *maric*

- *[Handwritten signature]*

- *[Handwritten signature]*

- *[Handwritten signature]*

- *[Handwritten signature]*